

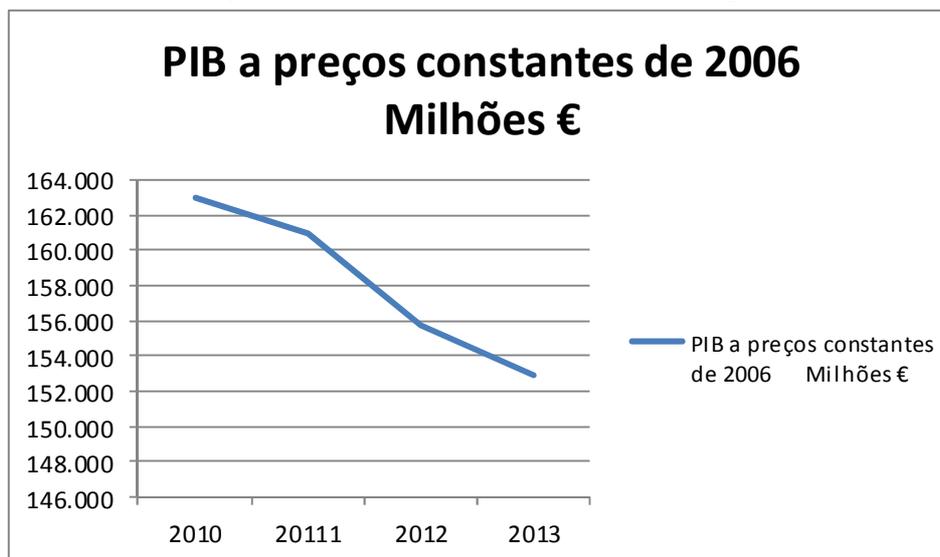
## NA ECONOMIA REAL NÃO HÁ MILAGRES: a gigantesca campanha de manipulação da opinião pública em curso visando fazer crer o contrário

Neste momento está em curso no nosso país uma gigantesca operação de propaganda levada a cabo pelo governo e pelos seus defensores na comunicação social com o objetivo de convencer a opinião pública que a política de austeridade resultou (“os sacrifícios valeram a pena” repetem); que se está a verificar uma viragem económica, e que Portugal entrou no crescimento económico e desenvolvimento. Uns por convicção ideológica, outros por terem sido sujeitos a uma captura cognitiva, põem de parte a análise objetiva e os ensinamentos da ciência económica substituindo-a por afirmações de euforia com base em dados isolados e seleccionados. E quem não concorde com eles ou é silenciado nos media, ou então se tem a sorte de ter acesso alguma vez a eles, é impedido de falar como me aconteceu no programa da SIC “Negócios da semana” de JGF (*interrupções contínuas impedindo de desenvolver qualquer raciocínio até ao fim, o que não se verificou com o outro participante - Pais Antunes – sendo a justificação depois dada por JGF que não o interrompia porque ele estava de acordo com JGF*). Mas se a “recuperação da economia” fosse verdade por que razão se mantém o enorme aumento de impostos em 2014, se cortam salários e pensões, se corta no SNS, na educação e nas prestações sociais em 2014? Interessa, por isso, analisar de uma forma fundamentada e objetiva a “recuperação da economia” do governo utilizando os próprios dados oficiais. É o que vamos procurar fazer

### PORTUGAL É UM PAÍS ONDE A RIQUEZA PRODUZIDA CONTINUA A DIMINUIR

Contrariamente ao que pretendem fazer crer o governo e os seus defensores nos media, em 2013 a riqueza produzida, medida pelo PIB, continuou a diminuir como mostra o gráfico 1.

Gráfico 1 – Evolução do PIB no período da “troika” e do governo PSD/CDS



FONTE: INE e previsões do governo e do Banco de Portugal para 2013

A quebra do PIB verificou-se também em 2013, ano de “recuperação económica”. A previsão do governo para 2014 é uma subida do PIB de apenas 0,8% (a OCDE prevê 0,4%), ou seja, a estagnação económica. E mesmo este crescimento reduzido não tem em conta todos os efeitos recessivos do corte brutal da despesa pública (salários, pensões, etc.) em 2014.

### DADOS DO BANCO DE PORTUGAL DE 2014 NÃO CONFIRMAM A RECUPERAÇÃO ECONÓMICA CONSISTENTE ANUNCIADA PELO GOVERNO

Dados dos “Indicadores de conjuntura” divulgados pelo Banco de Portugal em Janeiro de 2014, revelam que a situação é diferente daquela que se pretende fazer crer.

Quadro 1- Os últimos indicadores de conjuntura do banco de Portugal

PERÍODO	Taxa de utilização da capacidade produtiva da indústria transformadora	VARIAÇÃO EM RELAÇÃO AO TRIMESTRE HOMÓLOGO DO ANO ANTERIOR				
		FBCF (Investimento)	Produção industrial (não inclui construção)	Emprego	Procura interna	Procura externa líquida (E-I)
4º Trim. 2012	73,0%	-4,8%	-3,3%	-0,7%	-1,9%	1,2%
1º Trim. 2013	74,0%	-5,6%	-2,2%	-1,0%	-1,8%	0,9%
2º Trim. 2013	74,0%	-3,5%	-0,9%	-1,0%	-0,9%	0,7%
3º Trim. 2013	73,0%	-2,5%	-1,1%	-0,8%	-0,6%	0,2%
4º Trim. 2013	73,0%					

FONTE - Indicadores de Conjuntura - nº 1, Janeiro de 2014 - Banco de Portugal

Como revela o Banco de Portugal a taxa de utilização da capacidade produtiva da indústria é baixa e não tem aumentado (73% no 4º Trim.2013); o investimento, a produção industrial e a procura interna continuou a diminuir mesmo no 3º Trimestre de 2013, portanto num trimestre que, segundo o governo e os seus defensores, é já de “recuperação económica”. A procura externa líquida (Exportações menos Importações), “o motor do milagre económico” do governo, tem apresentado valores cada vez mais reduzidos desde o 4º Trimestre de 2012, sendo o valor do 3º Trim.2013 superior ao do 3º Trim.2012 apenas em 0,2%.

### O CONSUMO DAS FAMÍLIAS, O INVESTIMENTO E PROCURA INTERNA CONTINUARAM A CAIR EM 2013 SEGUNDO TAMBÉM O INE

O consumo das famílias, que determina o seu nível de vida, assim como o investimento, bem como a procura interna fundamentais para a recuperação da economia portuguesa continuaram a cair em 2013 como revelam os dados do INE constantes do quadro 3

**Quadro 3- Consumo das famílias, investimento e procura interna – em volume a preços constantes de 2006 – 2012/2013**

Anos	Trimestres	Despesa consumo total das Famílias Milhões €	FBCF (Investimento) Milhões €	Procura interna Milhões €	PIB a preços constantes de 2006
2012	1º+2º+3º	72.875,70	19.247,60	118.305,00	117.607,50
2013	1º+2º+3º	71.064,70	17.610,50	114.173,00	114.837,90
<b>Varição em %</b>		<b>-2,5%</b>	<b>-8,5%</b>	<b>-3,5%</b>	<b>-2,4%</b>
<b>Varição em Milhões €</b>		<b>-1.811,00</b>	<b>-1.637,10</b>	<b>-4.132,00</b>	<b>-2.769,60</b>

FONTE: Contas Trimestrais -3º Trim.2013 - INE

Se compararmos o consumo das famílias, o investimento e a procura interna em volume (preços de 2006) nos três primeiros trimestres de 2013 com o de igual período de 2012, concluiu-se, segundo o INE, que o de 2013 foi inferior ao de 2012 nos seguintes montantes: o consumo das famílias caiu em 1.811 milhões € (-2,5%; entre 2010/2012 já tinha diminuído 8,5%); o investimento diminuiu em 1.637,1 milhões € (-8,5%); e a redução na procura interna atingiu 4.132 milhões € (-3,5). Estes dados oficiais mostram que ainda não se verifica uma verdadeira “recuperação económica” tão apregoada pelo governo e seus defensores.

E isto até porque a procura externa, tão valorizado pelo governo e seus defensores para recuperar a economia, começa a revelar sérias dificuldades. Na pág. 5 dos “Indicadores de conjuntura” divulgados em Janeiro de 2014, a propósito do “milagre das exportações” o Banco de Portugal refere o seguinte: Em termos acumulados, desde o início do ano de 2013, “as exportações e as importações, excluindo os combustíveis, aumentaram 1,8% e 1,1% respetivamente”. E se a análise tiver como base Nov.2013, portanto um mês em que, segundo o governo, já se verificou a recuperação da economia, o Banco de Portugal refere que “as exportações e as importações, excluindo os combustíveis, aumentaram 2,7% e 5,1% respetivamente”, portanto o crescimento das importações foi quase o dobro do aumento das exportações. Isto mostra, como tínhamos alertado, que a redução do défice externo não é estrutural, basta uma pequena alteração conjuntural – neste caso a substituição da frota de viaturas pelas empresas - para alterar a situação.

### O DESEMPREGO REGISTADO DIMINUI DEVIDO À EMIGRAÇÃO DOS MAIS QUALIFICADOS

Um dos indicadores utilizados pelo governo e defensores na sua campanha de manipulação é o desemprego registado divulgado todos os meses pelo IEFP. Mas analisemos por que razão o desemprego registado está a diminuir. Observe-se os dados do quadro 2

**Quadro 2- Variação do desemprego registado nos últimos dois meses de 2013**

MÊS/ANO	DESEMPREGO REGISTADO					
	Total	Com ensino básico ou menos	Com o secundário	Com ensino superior	Longa duração (>=1ano)	Com mais de 25 anos
Nov/13	692.013	433.135	163.235	95.649	321.911	598.592
Dez/13	690.535	435.772	161.354	93.409	322.985	601.039
<b>Varição.</b>	<b>-0,2%</b>	<b>+0,6%</b>	<b>-1,2%</b>	<b>-2,3%</b>	<b>+0,3%</b>	<b>+0,4%</b>

FONTE: Informação mensal do mercado de emprego - Nº 12 - IEFP

Entre Novembro e Dezembro de 2013, o desemprego registado diminuiu em 0,2%, no entanto essa redução fez –se à custa da redução do numero de desempregados inscritos nos centros de emprego com o ensino secundário e superior, precisamente aqueles que estão a emigrar em massa. O número de desempregados inscritos nos centros de emprego com o ensino

básico ou menos, assim como o desemprego de longa duração e os desempregados com mais de 25 anos, continuam a aumentar.

**UMA PARCELA CADA VEZ MENOR DA RIQUEZA VAI PARA OS TRABALHADORES, AS DESIGUALDADES AUMENTAM COM A CRISE, E OS OBSTÁCULOS AO CRESCIMENTO AGRAVAM-SE**

As desigualdades na repartição primária da riqueza criada estão a aumentar, como mostram os próprios dados do Eurostat constantes do quadro 4.

**Quadro 4- A parte das remunerações e dos salários no PIB** (repartição primária do rendimento)

ANOS	% do PIB		
	REMUNERAÇÕES (Inclui contribuições das empresas para a Segurança Social)	SALÁRIOS (Não inclui contribuições das empresas para a Segurança Social)	Excedente Bruto Exploração (EBE) (Reverte para as Empresas)
2010	50,2%	38,9%	37,90%
2011	49,8%	38,5%	38,10%
2012	48,1%	37,1%	39,90%
2013	47,4%		
2014	47,0%		
<b>Varição</b>	<b>-6,4%</b>	<b>-4,6%</b>	<b>+5,3%</b>

FONTE: Eurostat

Entre 2010 e 2014, ou seja, com o governo PSD/CDS e a “troika”, a parte que as Remunerações, que inclui as contribuições patronais para a Segurança Social, representam do PIB diminuiu de 50,2% para apenas 47%, ou seja, sofreu uma redução de 6,4% (-3,2 pontos percentuais), e os Salários, que já não inclui as contribuições dos empregadores, também registou uma forte redução pois, entre 2010 e 2012, passou de 38,9% para apenas 37,1% do PIB. Durante o mesmo período (2010/2012) o Excedente Bruto de Exploração, que reverte para as empresas, aumentou de 37,9% para 39,9% do PIB, sendo já superior à percentagens que os Salários representam do PIB. Uma rápida redistribuição da riqueza verificou-se em Portugal no período 2010-2012 em prejuízos dos trabalhadores e também nos anos seguintes, o que contribuiu para agravar ainda mais as desigualdades em Portugal.

Esta redução importante na parte das remunerações no PIB, que está a determinar o empobrecimento dos trabalhadores, é confirmada também pela evolução dos custos do trabalho em Portugal. Os dados do quadro 5, divulgados pelo Eurostat, confirmam também a redução de salários e o empobrecimento dos trabalhadores no nosso país

**Quadro 5- Variação do índice dos custos de Trabalho em Portugal e na U.E.27,**

ANO/Trimestres	ÍNDICE DO CUSTO MÃO DE OBRA (2008=100)	
	EU-27 países	PORTUGAL
2010- 4º Trimestre	105,0	105,1
2011- 4º Trimestre	107,4	98,8
2012- 4º Trimestre	109,1	92,9
2013-3º Trimestre	110,2	91,3
<b>VARIAÇÃO 2010/2013</b>	<b>+5,0%</b>	<b>-13,1%</b>

FONTE: Eurostat

Entre o 4º Trim.2010 e o 3º Trim.2013, ou seja após entrar em funções o governo PSD/CDS e a “troika”, o Índice do custo do trabalho em Portugal diminuiu 13,1%, enquanto na EU-27 aumentou 5%. E como mostra o quadro o valor do 3º Trim.2013 é inferior ao do 4º Trim.2012, o que prova que esta redução destes custos, que têm como base uma redução de remunerações (segundo o Banco de Portugal, as remunerações do trabalho diminuíram 1,6% em 2011 e 7,2% em 2012), continuou em 2013. Interessa referir que os custos do trabalho em Portugal em 2013 já são bastante inferiores aos de 2008 (-8,7%).

No entanto, estes dados ainda não traduzem de uma forma rigorosa e completa a redução dos rendimentos dos trabalhadores, porque eles ainda dizem respeito à repartição primária do rendimento. Baseiam-se nas remunerações ilíquidas, antes de ser deduzido o IRS e outros impostos e os descontos para a Segurança Social, CGA, ADSE, ADM e SAD. Para ficar claro como a política fiscal tem sido utilizada pelo governo para fazer uma redistribuição do rendimento em benefício dos rendimentos do capital e propriedade basta referir o seguinte. Segundo o Relatório do O.E-2014, as receitas fiscais totais aumentaram, entre 2012 e 2013, 2.276 milhões € (de 32.627M€ para 34.903M€), mas as receitas de IRS subiram 2.776 milhões € (de 9.235M€ para 12.011M€), ou seja, cresceram mais do que as receitas fiscais totais. O IRS também serviu para compensar quebras de receitas verificadas em outros impostos.

E segundo o Ministério das Finanças, cerca de 90% dos rendimentos sujeitos a IRS têm como origem rendimentos do trabalho e pensões, cabendo aos restantes rendimentos (propriedade, capital) menos de 10% dos rendimentos sujeitos a IRS. Fica assim claro como a política fiscal está a ser utilizada por este governo e pela “troika” para fazer uma redistribuição a favor dos detentores do capital e da propriedade após a repartição primária do rendimento que é já profundamente desfavorável aos trabalhadores. Os mais ricos (muito menos de 1% da população) já conseguiram, apesar da crise, reconstituir as suas fortunas. A provar isso está a valorização das ações em bolsa. Entre Dez.2010 e Dez. 2013, segundo a CMVM, o valor das ações das empresas cotadas na bolsa subiu de 193.224 milhões € para 229.285 milhões €, o que determinou que os seus proprietários vissem as suas fortunas aumentar em 36.061 milhões € (21,7% do PIB). É por esta razão que *“Américo Amorim recuperou a liderança entre os 25 mais ricos em Portugal”*. Os mais ricos já recuperaram da crise, e já são até mais ricos do que eram antes da crise, até porque a maior parte da sua riqueza está em ações e outros títulos. Como afirma Joseph Stiglitz, premio Nobel da economia, em *“O Preço da desigualdade”*, a desigualdade reduz a procura agregada pois a propensão de consumo dos ricos é baixa em relação ao elevado rendimento de que se apropriam e *“sociedades demasiadamente desiguais não funcionam com eficiência, e as suas economias não são nem estáveis nem sustentáveis a longo prazo. Quando os mais ricos usam o seu poder político para beneficiar em excesso as suas empresas, as muito necessitadas receitas são desviadas para os bolsos de poucos, em vez de beneficiarem a sociedade em geral”* (pág. 152). Em Portugal as desigualdades na repartição do rendimento são tão graves que constituem um obstáculo ao crescimento económico e ao desenvolvimento, e vão-se agravar mais em 2014, com cortes brutais nos salários, nas pensões, nas prestações sociais, na educação e na saúde (3.100 milhões € de corte na despesa pública) que o governo pretende fazer, o que, ao reduzir a procura agregada, poderá matar à nascença quaisquer sinais de recuperação económica.

#### **A DÍVIDA PÚBLICA CONTINUOU A CRESCER EM 2013 E TORNA-SE MAIS INSUSTENTÁVEL**

Durante o programa da SIC “Negócios da Semana” em que participei, José Gomes Ferreira, um empenhado defensor da política de austeridade do governo e da “troika”, numa das suas interrupções frequentes, afirmou que em 2013 se tinha verificado também uma inversão do endividamento público. Comparemos esta afirmação de JGF com dados do próprio governo constantes do 1º orçamento rectificativo do OE-2014. constantes do quadro 6

**Quadro 6 – Evolução da Dívida Pública durante o governo PSD/CDS e “troika” – 2010/2013**

ANOS	DÍVIDA PÚBLICA (a que consta no Relatório OE-2014 que não é a dívida total)	
	Em % PIB	Milhões €
2010	94,0%	162.487
2011	108,2%	185.159
2012	124,1%	204.897
2013	127,8%	211.354
<b>Variação- Milhões €</b>		<b>+48.867</b>
<b>Variação em %</b>	<b>+36,0%</b>	<b>+30,1%</b>

FONTE: Relatório ao 1º orçamento rectificativo de 2014 e INE

Em 2010, antes da “troika” chegar e do governo PSD/CDS entrar em funções, a dívida pública era de 162.487 milhões € (94% do PIB). Três anos de “troika” e de governo PSD/CDS fizeram subir a dívida pública para 211.354 milhões € (mais 48.867 milhões €) o que corresponde a 127,8% do PIB de 2013 (*entre o 2º Trim. 2013 e o 3º Trim. 2013, verificou-se uma redução, mas a tendência, como se vê, é de aumento, basta o défice de 5%, que corresponde a cerca de 8.000 Milhões €, para a dívida crescer e se, em 2013, não aumentou mais, foi devido às receitas das privatizações que atingiram 7.000 milhões sem os seguros da CGD*). Mesmo aquele valor não traduz a totalidade da dívida das Administrações Públicas, pois há uma parcela importante desta que não é considerada naquele total. Segundo o Banco de Portugal, a dívida das Administrações Públicas atingia, já em Agosto-2013, 254.636 milhões € o que correspondia a 155,2% do PIB; quando em Dez.2010 era 107,5% do PIB. Portugal termina (?) o período de intervenção da “troika” com um pesadíssimo fardo de dívida que impede qualquer crescimento sustentado. E de acordo com o Pacto Orçamental, aprovado na Assembleia da República pelo PS, PSD e CDS”, Portugal assumiu o compromisso de a reduzir de 127,8% para 60% num prazo de 20 anos (artº 4º), o que significa uma redução 3,4 pontos percentuais por ano (quase 6.000 milhões € por ano), a que se junta uma outra obrigação constante do artº 1º do Pacto, que é a redução do défice estrutural para -0,5% (em 2013, era -3,5%). Se estas condições draconianas não forem alteradas Portugal estará condenado à estagnação económica, ao definhamento e ao empobrecimento. Falar neste contexto concreto, e sem que se altere significativamente o quadro e a política atual, de recuperação da economia, e sugerir que ela possa ser sustentável, é não entender como funciona a economia ou então só pode ser com intuito claro de enganar a opinião pública e os portugueses. É tomar a árvore pela floresta e não entender nada da situação atual.

**Eugénio Rosa – Economista – [edr2@netcabo.pt](mailto:edr2@netcabo.pt) – 23-1-2014**